



A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES E PAIS DE ALUNOS SOBRE A ACESSIBILIDADE FÍSICA: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA JARDIM DE INFÂNCIA SEMEANDO O SABER

Ozeane Batista dos Anjos¹ (IC) - ozeanebatistaanjos28@gmail.com, Lindemberg Costa Júnior² (FM), Thaynara Santana Marinho³ (PG)

¹ Instituto Federal do Maranhão – Campus Buriticupu

²Instituto Federal do Maranhão – Campus Avançado Porto Franco

³Pontifícia Universidade Católica de Goiás/Universidade Estadual de Goiás - Campus Morrinhos

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo identificar a percepção dos servidores e dos pais de alunos da escola Jardim de Infância Semeando o Saber sobre a acessibilidade física de crianças com deficiência que estudam nesta escola. Tendo como base teórica a gestão pública, que deve atentar-se para a construção de espaços escolares que possam ser usados com independência por todos os alunos. Como ferramenta para coleta de dados utilizou-se questionário fechado e impresso contendo 20 questões aplicadas presencialmente. Obteve-se um total de 277 questionários válidos, sendo que 41 abrangem os pais e 236 os servidores. Através das análises dos dados foram verificadas diferentes percepções entre os dois grupos pesquisados, enquanto os servidores possuem uma percepção positiva em relação a acessibilidade física de crianças com deficiência, os pais têm uma visão negativa sobre a mesma. Essa diferença se deve ao diferente contexto em que os mesmos atuam na educação. Conclui-se que há diversas barreiras físicas na escola investigada, sendo necessário varias mudanças e adaptações para que as crianças com deficiência possam usufruir de um ambiente escolar com autonomia e segurança. Identificou-se ainda que os pais ao perceberem tal problemática agem passivamente. Sugere-se que tal ato é decorrente dos mesmos não terem conhecimento, nem acesso a informação.

Palavras-chave: Gestão Pública. Gestão Escolar. Pessoas com deficiência; Ensino Infantil; Inclusão.

Introdução

A educação é um direito garantido por Lei, e com a educação inclusiva não poderia ser diferente. A Constituição Federal consagrou vários direitos individuais e coletivos, inclusive a inclusão das pessoas com deficiência. A referida Constituição prevê nos incisos III e IV do seu Art. 208 o seguinte:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; IV – educação infantil, em creche e pré-escola às crianças até 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 1988).

É de fato, dever do estado e também da família apoiar e garantir acesso ao ensino regular dos discentes com necessidades especiais, o qual deverá abranger todas as suas peculiaridades (BRASIL, 2017). Por sua vez, a Lei 9.394/96, que compõe as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), enfatiza que a educação especial é recente no Brasil e que a mesma se tornou possível a partir do surgimento da referida lei, permitindo assim, o acesso de crianças especiais de famílias de baixa renda ao ensino regular (SILVA;



VOLPINI, 2014). Nesse sentido, nos os parágrafos 1º e 2º do Art. 58 e no Art. 59 da LDB destaca-se o seguinte:

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996).

Para Melo (2011) a acessibilidade na educação inclusiva vai além do ambiente escolar, abrangendo toda a vida do educando nas mais diversas áreas e ambientes. O autor conclui que para ter acessibilidade dentro da perspectiva escolar inclusiva é preciso que se englobem diversas áreas que farão parte da sua participação na sociedade e da vida do educando; e que haja um amplo posicionamento da escola no que se diz respeito à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

No estudo de Sousa e Tavares (2010), realizou-se uma análise da acessibilidade de crianças de zero a cinco anos, com deficiência física, ao ambiente escolar. Enfatiza-se que as escolas não estão preparadas para a demanda, e conseqüentemente, famílias e instituições de ensino precisam de adaptações para atender as necessidades desses indivíduos.

Nesse contexto, a presente pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: a Escola Jardim de Infância Semeando o Saber está preparada para atender pessoas com necessidades especiais? Para responder a esta pergunta, o objetivo principal da pesquisa é identificar as possíveis barreiras e soluções na estrutura física da Escola Jardim de Infância Semeando o Saber. Como objetivo específico, pretende-se identificar se a escola utiliza recursos pedagógicos escolares, por exemplo, material de apoio infantil aos discentes com deficiências diversas.

O estudo desta temática se faz pertinente, pois assuntos referentes à acessibilidade é parte integrante do processo inclusivo, no qual configura-se em um desafio a ser superado, pois há diversas barreiras arquitetônicas e pedagógicas que precisam ser vencidas para que se tenha uma sociedade na qual exista igualdade entre as diversidades (SOUSA; TAVARES, 2010).



Materiais e Métodos

Para identificar as possíveis barreiras e soluções na estrutura física da Escola Jardim de Infância Semeando o Saber, bem como identificar se a escola utiliza recursos pedagógicos escolares, material de apoio infantil aos discentes com deficiência diversas, optou-se por pesquisa quantitativa, de caráter descritivo e com corte transversal. A coleta de dados estendeu-se durante um mês e 20 dias. Tendo início no dia 1º de maio e finalizado no dia vinte de junho de 2017.

Adotou-se coleta primária de dados, onde foi aplicado questionário fechado aos servidores e pais de alunos da Escola Jardim de Infância Semeando o Saber. Utilizou-se para a coleta de dados questionários impressos, o mesmo contém 20 (vinte) questões, das quais 15 (quinze) são relacionadas à acessibilidade de pessoas com deficiência (crianças) e 5 referentes a aspectos sociodemográficos: idade, gênero, ocupação profissional, escolaridade e estado civil.

Logo após a coleta dos dados, as amostras foram devidamente separadas por grupos. Obteve-se um total de 277 respondentes, sendo que 41 respostas abrangem aos servidores da escola e 236 respostas abrangem aos pais de alunos. Nesse contexto, para análise dos dados realizou-se a caracterização da amostra e análises sobre a estatística descritiva (realizando a diferença das médias entre as amostras pesquisadas).

Resultados e Discussão

Tendo como finalidade identificar a visão de pais de alunos e servidores sobre as possíveis barreiras na acessibilidade de pessoas com deficiências (crianças), na Escola Jardim de Infância Semeando o Saber, obteve-se um total de 277 respondentes. Nesse sentido dividiu-se a caracterização da amostra em 2 grupos, de acordo com a Tabela 1:



TABELA 1 - Características da Amostra dos Servidores e Pais de Alunos

GÊNERO	SERVIDORES		PAIS DE ALUNOS	
	UND	%	UND	%
Masculino	5	12,19	69	29,23
Feminino	36	87,80	167	70,76
Total	41	100,00	236	100,00
IDADE	UND	%	UND	%
16 a 25 anos	7	17,07	72	30,50
26 a 35 anos	24	58,53	93	39,40
36 a 45 anos	8	19,51	39	16,52
46 anos ou mais	2	4,87	32	13,55
Total	41	100,00	236	100,00
ESCOLARIDADE	UND	%	UND	%
Analfabeto	0	0,00	68	28,81
Ensino Fundamental	1	2,43	64	27,11
Ensino Médio	28	68,29	92	38,98
Ensino Superior	10	24,39	9	3,81
Pós Graduação	2	4,87	3	1,27
Total	41	100,00	236	100,00
ESTADO CIVIL	UND	%	UND	%
Solteiro	18	43,90	115	48,72
Casado	20	48,78	60	25,42
Divorciado/Separado	1	2,43	4	1,69
Viúvo	1	2,43	8	3,38
União Estável	1	2,43	49	20,76
Total	41	100,00	236	100,00
OCUPAÇÃO PROFISSIONAL	UND	%	UND	%
Desempregado	0	0,00	148	62,71
Servidor Público	41	100,00	12	5,08
Empregado c/ carteira de trabalho	0	0,00	16	6,77
Empregado s/ carteira de trabalho	0	0,00	14	5,93
Autônomo	0	0,00	46	19,49
Total	41	100,00	236	100,00

Fonte: Elaboração dos Autores (2018)

Como se pode observar na Tabela 1, a maioria dos servidores é do sexo feminino, representando 87,80% dos profissionais. Em relação a idade, a maior parte tem entre 26 a 35 anos, totalizando 58,53%. Os servidores em sua maioria possuem ensino médio 68,29%, e somente 10 pessoas têm ensino superior. Analisando o estado civil, quase que igualitário 48,78% são casados e 43,90% são solteiros. E por fim, todos os 41 servidores, (100%) dos entrevistados são servidores públicos, como já era de se esperar.

Já em relação aos pais de alunos, a maior parte corresponde a mulheres, representando 70,76% da amostra. Quanto á idade, a maioria tem entre 26 a 35 anos, esse



número representa 39,40% desses entrevistados. A escolaridade da maioria é ensino médio, correspondendo a (38,98%) e totalizando 92 pessoas. Ressalta-se ainda que há um alto número de analfabetos (28,81%). E por último, quanto à ocupação profissional, prevalece a de desempregados com 62,71%.

Observa-se que em média os pais dos alunos são mulheres, jovens, solteiras e em sua grande maioria estão desempregadas. Esta situação é bastante comum na cidade de Buriticupu, pois as mulheres possuem mais dificuldades em conseguir emprego se comparando com os homens. Adiciona-se ainda que o mercado de trabalho em Buriticupu é extremamente escasso, o que colabora ainda mais com essa estatística. Evidencia-se ainda o alto índice de analfabetos (28,81%), algo preocupante e que deveria ter iniciativa por parte do poder público voltado para solucionar essa realidade. Em relação aos servidores, a maioria são mulheres, com idade média entre 26 a 35 anos, possuindo ensino médio completo. Ressalta-se que os entrevistados estão divididos entre professores e técnicos administrativos.

Com o objetivo de analisar a percepção dos dois grupos da pesquisa (servidores e pais de alunos) sobre a acessibilidade de crianças com necessidades especiais na Escola Jardim de Infância Semeando o Saber, dividiu-se os dados da seguinte forma: no painel A retrata-se as respostas dos servidores e no painel B dos pais de alunos. Na estatística descritiva geral utilizou-se a média, desvio padrão e máximo.

TABELA 2 - Estatística Descritiva Geral

Painel A – Servidores

Variáveis	Média	DP	Min	Quartil 1	Mdn	Quartil 3	Máx.
Rampas de acesso	3,12	1,43	1	2	4	4	5
Banheiros	2,43	1,43	1	1	2	4	5
Estacionamento	1,80	1,14	1	1	1	3	4
Ônibus Escolar	3,19	1,20	1	3	3	4	5
Palestras de conscientização	2,68	1,52	1	1	4	4	5
Educação Inclusiva	4,07	1,19	1	4	4	5	5
Libras	2,09	1,39	1	1	1	4	5
Braille	1,39	0,91	1	1	1	1	4
Políticas Públicas	3,39	1,35	1	3	4	4	5
Recursos Pedagógicos	2,97	1,54	1	2	3	4	5
Artigo 208	3,92	1,05	1	4	4	5	5
Bebedouros	4,09	1,15	1	4	4	5	5
Quadro Negro	3,78	1,10	1	3	4	5	5
Arte e esporte	2,70	1,36	1	1	3	4	5
Acessibilidade nas salas	3,19	1,48	1	2	4	4	5



Painel B – Pais de alunos

Variáveis	Média	DP	Min	Quartil 1	Mdn	Quartil 3	Máx.
Rampas de acesso	2,06	1,30	1	1	1	3,25	5
Banheiros	1,07	0,40	1	1	1	1	4
Estacionamento	1,02	0,23	1	1	1	1	4
Ônibus Escolar	1,08	0,51	1	1	1	1	5
Palestras de conscientização	1,42	0,95	1	1	1	1	5
Educação Inclusiva	1,61	1,13	1	1	1	2	5
Libras	1,07	0,43	1	1	1	1	5
Braille	1,08	0,42	1	1	1	1	4
Políticas Públicas	1,36	0,83	1	1	1	1	5
Recursos Pedagógicos	1,94	1,37	1	1	1	3	5
Artigo 208	2,57	1,26	1	1	2	4	5
Bebedouros	1,42	1,04	1	1	1	1	5
Quadro Negro	1,28	0,77	1	1	1	1	5
Arte e esporte	1,51	1,00	1	1	1	1	5
Acessibilidade nas salas	1,41	0,94	1	1	1	1	5

Fonte: Elaboração dos Autores (2018)

No que se refere aos servidores no painel A, observa-se que as maiores médias estão relacionadas às variáveis “educação inclusiva” (M=4,07), que diz respeito à educação que atende a todas as necessidades para o pleno desenvolvimento intelectual, social e outras, de pessoas com deficiência. E “bebedouros” (M=4,09), mobiliário acessível, no qual qualquer pessoa com deficiência física tem acesso com independência e segurança.

Ainda analisando o painel A, observa-se que as menores médias são “estacionamento” (M=1,80), que se refere a vagas de estacionamento para veículos de pessoas com deficiência. Ressalta-se que este estacionamento deve ter sinalização no piso com o símbolo internacional de acesso. E a variável “Braille” (M=1,39) surge como a menor média encontrada. O Braille é um sistema usado para o aprendizado de pessoas com deficiência visual. Nesse contexto conclui-se que os entrevistados em média percebem a existência dessas duas falhas.

Abrangendo os pais de alunos no painel B, as variáveis “rampas de acesso a cadeirantes” (M=2,06) e sobre o “artigo 208” (M=2,57), que corresponde aos incisos III e IV, onde afirma-se que o Estado deve garantir ensino infantil e atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, foram as maiores médias encontradas. Evidencia-se ainda que embora sejam as médias mais altas, as mesmas são relativamente baixas.



As variáveis “libras” (M=1,07), que é a Língua Brasileira de Sinais, e “estacionamento” (M=1,02), que compreende vagas para veículos de pessoas com deficiência, constituem as menores médias encontradas. Consta-se que, na visão dos pais de alunos a percepção dos serviços prestados em média é baixa. Destaca-se ainda que o desvio padrão em relação a “estacionamento” (M=0,23) foi baixo, portanto, a maioria dos respondentes pensaram de maneira parecida.

Com o objetivo de identificar as possíveis barreiras e soluções na estrutura física da Escola Jardim de Infância Semeando o Saber, bem como identificar se a escola utiliza recursos pedagógicos e materiais de apoio infantil aos discentes com deficiência diversas. Analisa-se na Tabela 3 a diferença das médias entre as amostras, bem como se as mesmas se comportam de maneira igual ou diferente. Concomitantemente, utilizou-se o teste t-Student com intervalo de confiança de 95%.

TABELA 3 - Diferença de Médias das Avaliações dos Servidores e dos Pais

Variáveis	SERVIDORES		PAIS		Diferença de médias	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Servidores - Pais	Valor-P
Rampas de acesso	3,12	1,43	2,06	1,30	1,06	0,00***
Banheiros	2,43	1,43	1,07	0,40	1,36	0,00***
Estacionamento	1,80	1,14	1,02	0,23	1,78	0,00***
Ônibus Escolar	3,19	1,20	1,08	0,51	2,11	0,00***
Palestras	2,68	1,52	1,42	0,95	1,26	0,00***
Educação Inclusiva	4,07	1,19	1,61	1,13	2,46	0,00***
Libras	2,09	1,39	1,07	0,43	1,02	0,00***
Braille	1,39	0,91	1,08	0,42	0,31	0,00***
Políticas Públicas	3,39	1,35	1,36	0,83	2,03	0,00***
Recursos Pedagógicos	2,97	1,54	1,94	1,37	1,03	0,00***
Artigo 208	3,92	1,05	2,57	1,26	1,35	0,00***
Bebedouros	4,09	1,15	1,42	1,04	2,67	0,00***
Quadro Negro	3,78	1,10	1,28	0,77	2,50	0,00***
Arte e esporte	2,70	1,36	1,51	1,00	1,19	0,00***
Acessibilidade nas salas	3,19	1,48	1,41	0,94	1,78	0,00***

Fonte: Elaboração dos Autores (2018) - coeficientes significativos a 5% e 1%.

Observa-se que em todas as variáveis pesquisadas, as médias dos servidores foram mais elevadas em comparação com a média dos pais. Adiciona-se ainda na discussão, com 99% de confiança, que os servidores percebem e pensam de maneira diferente dos pais em relação a todas as questões levantadas sobre a escola pesquisada.

Acrescenta-se que na amostra dos servidores a variável “bebedouro” (M=4,09), que corresponde o mobiliário acessível às pessoas com deficiência, foi a maior média



encontrada. Em segundo com a maior média evidencia-se a variável “educação inclusiva” ($M=4,07$), compreendendo a educação que atende a todas as necessidades para o desenvolvimento da aprendizagem. Na terceira posição encontra-se a variável na qual se refere ao Art. 208 ($M=3,92$), sobre o dever do Estado com a educação inclusiva.

Em relação aos pais, as variáveis referentes ao Art. 208 ($M=2,57$) e Educação Inclusiva ($M=1,61$) também são em média as mais relevantes para os pais. Não obstante, surge em segundo lugar a variável “recursos pedagógicos” ($M=1,94$), que versa sobre materiais com cores fortes e contrastes para melhorar o aprendizado dos discentes com baixa visão.

Observa-se ainda que a variável “Bebedouro” ($M=4,09$; $M=1,42$), respectivamente as médias dos servidores e dos pais, foi a maior diferença encontrada na tabela 3. Em segundo lugar, evidenciou-se a variável “quadro negro” ($M=3,78$; $M=1,28$), que se refere ao mobiliário acessível e instalado a uma altura inferior máxima de 0,90 do piso.

Nesse contexto, evidencia-se através da diferença das médias que os servidores percebem com mais naturalidade a existência de acessibilidade na escola pesquisada. No entanto, sugere-se que tal resultado é decorrente de uma proteção e corporativismo comum entre os profissionais de uma mesma organização. Indo de encontro com essa visão, Mazzarino, Falkenbach e Rissi (2011) analisaram a acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e nas aulas de educação física. Os autores constataram que embora houvesse diversas falhas na acessibilidade, a aluna se sente incluída no ambiente escolar, e consegue desenvolver todas as atividades com auxílio dos professores e alunos.

Na visão dos usuários (pais de alunos), percebe-se que em média nos serviços prestados pela escola não existem acessibilidade adequada. Essa percepção se concretiza devido a falhas em diversas áreas da escola, o que pode comprometer o desempenho dos discentes, bem como a sua inclusão no ambiente escolar (AGUIAR, 2014; ALMEIDA; BUENO-BARTHOLOMEI, 2011; DUARTE; COHEN, 2004).

Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo principal identificar as possíveis barreiras e soluções na acessibilidade física da Escola Jardim de Infância Semeando o Saber, bem



como identificar a percepção dos servidores e dos pais de alunos sobre a temática. Nesse sentido, através das análises da estatística descritiva geral e diferença das médias, evidenciou-se que os servidores têm um pensamento diferente do dos pais em relação à acessibilidade na referida escola.

Na visão dos servidores há uma percepção positiva, segundos eles existem acessibilidade física na escola pesquisada. Não obstante, sugere-se esse fato devido a uma possível proteção em relação à escola. Já na visão dos pais, eles percebem que não existe acessibilidade física adequada devido às diversas falhas que há na referida escola. Os pais se portam passivamente em relação a esse problema, pois como a maioria é de baixa renda, não tem conhecimento e nem acesso a informação, portanto, não tem consciência que seus direitos estão sendo violados.

Uma escola para ter acessibilidade adequada requer muito mais do que um simples bebedouro acessível e a permanência de alunos com deficiência na instituição escolar. A mesma deve abranger o acesso total (não parcial) a informação, comunicação, mobiliários, entre outros. Portanto, sugere-se que diversas adaptações e mudanças sejam feitas na infraestrutura interna e externa da escola. Adiciona-se ainda o dever do poder público na elaboração e execução de políticas públicas direcionadas para a inclusão e acessibilidade de PcD's nas pré-escolas de Buriticupu, afinal a acessibilidade é um direito do cidadão, expresso em diversas Leis.

Assim, como contribuição teórica, o presente estudo colabora com a literatura científica acerca da Gestão Pública, em particular com a Gestão Escolar. Nesse contexto abrange-se também a acessibilidade de pessoas com deficiência no ambiente escolar.

Como contribuição prática espera-se contribuir para que as escolas se tornem um ambiente com gestão pública democrática, na qual criem meios de inserir os usuários nas suas decisões. Espera-se também que as informações possam servir para que gestores da Secretaria de Educação, em conjunto com o Poder Executivo Municipal, executem projetos pedagógicos e arquitetônicos abrangendo a acessibilidade.

Revelam-se duas possíveis limitações da presente pesquisa: a falta de conhecimento das Leis por parte dos usuários (os pais) e um possível sentimento de proteção por parte dos servidores em relação à escola, o que pode ser evidenciado pelas



altas médias atribuídas por essa amostra. Tais limitações podem tornar os resultados enviesados.

Sugere-se que pesquisas futuras desenvolvam estudos qualitativos com essa temática, pois os questionários abertos podem permitir principalmente aos pais uma maior liberdade, o que permitirá, portanto, maior facilidade em identificar a percepção dos mesmos. Ressalta-se que essas temáticas devem ser cada vez mais discutidas pela literatura, buscando contribuir na inserção desses indivíduos na sociedade, pois como relata-se a própria história foram séculos de segregação.

Referências

AGUIAR, Vandelson Lima. **A escola pública e o dilema da falta de acessibilidade:** as barreiras arquitetônicas na Escola Centro Educacional Raimundo Pereira (CERP). Especialização *latu-sensu*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014

ALMEIDA, Paula Aparecida Santini de; BUENO-BARTHOLOMEI, Carolina Lotufo. Acessibilidade de “cadeirantes” no espaço de ensino público: UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP. **Revista Tópos**, v. 5, n. 2, p. 21-46, 2011.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2016

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **CEDECA – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 15/02/2018.

DUARTE, Cristiane Rose; COHEN, Regina. **Acessibilidade aos espaços de ensino público: desenho universal na UFRJ:** possível ou utópico? Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wcontent/uploads/2015/01/Acessibilidade_aos_Espacos_de_Ensino_Publico.pdf>. Acesso em: 20/02/2018.

MAZZARINO, Jane Márcia; FALKENBACH, Atos; RISSI, Simone. Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 1, p. 87-102, 2011.

MELO, Marcos Welby Simões. Acessibilidade na educação inclusiva: uma perspectiva além dos muros da escola. **Sitientibus**, v. 44, p. 113-27, 2011.

SILVA, Natalia Ramos da. VOLPINI, Maria Neli. Inclusão Escolar de alunos com deficiência física: conquistas e desafios. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro/SP, v. 1, n. 1, p. 18-29, 2014.



SOUSA, Eliza Martins de; TAVARES, Helenice Maria. **Acessibilidade da criança com deficiência física na escola.** Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/19-pedagogia.pdf>>. Acesso em: 10/02/2018.